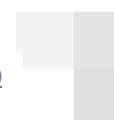




**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 87/2025/
DCP/DIT/ AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO HARDWARE PARA REFORÇO
DA INFRAESTRUTURA DE SERVIDORES**

Caderno de Encargos





cláusulas jurídicas	3
Cláusula 1.ª Objeto	3
Cláusula 2.ª Local da prestação dos serviços	3
Cláusula 3.ª Duração	3
Cláusula 4.ª Preço base e preço contratual	3
Cláusula 5.ª Condições de pagamento	5
Cláusula 6.ª Propriedade intelectual	5
Cláusula 7.ª Sigilo	6
Cláusula 8.ª Proteção de dados	6
Cláusula 9.ª Cessão da posição contratual e subcontratação	8
Cláusula 10.ª Comunicações e notificações	8
Cláusula 11.ª Penalidades contratuais	8
Cláusula 12.ª Retenção	9
Cláusula 13.ª Trabalhadores afetos à prestação de serviços	9
Cláusula 14.ª Foro competente	9
Cláusula 15.ª Legislação aplicável	10
cláusulas Técnicas	10
Cláusula 16.ª Especificações técnicas	10
Cláusula 17.ª Conformidade e operacionalidade dos bens	11
Cláusula 18.ª Prazos de entrega	12
Cláusula 19.ª Condições de transporte e entrega	12
Cláusula 20.ª Ato de entrega e instalação dos bens	13
Cláusula 21.ª Verificação e aceitação dos bens	13
Cláusula 22.ª Regulamento Geral de Proteção de Dados	14
Cláusula 23.ª Garantia e suporte do equipamento	15
Cláusula 24.ª Gestor do Contrato	16



CLÁUSULAS JURÍDICAS

Cláusula 1.ª

Objeto

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar com a Agência para a Modernização Administrativa, IP, (doravante abreviadamente designada por “AMA”), na sequência de procedimento pré-contratual que tem por objeto a aquisição equipamento Hardware para reforço da infraestrutura de Servidores, em uso na AMA, nos termos melhor definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
2. O fornecimento objeto do contrato a celebrar compreende também os serviços acessórios de transporte, montagem, instalação e configuração dos equipamentos, bem como os serviços de garantia e suporte pelo período de 3 anos.

Cláusula 2.ª

Local de entrega dos bens

1. Os bens a fornecer serão entregues, instalados e disponibilizados no centro de dados da AMA localizados em:
 - a) Lisboa - ESPAP – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública;
2. A garantia e suporte deverá ficar visível na conta da AMA na própria *consola* do hardware respetivo.

Cláusula 3.ª

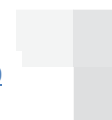
Duração

1. O respetivo contrato produz efeitos a partir do dia seguinte da sua celebração, e vigora até à conclusão de entrega dos bens sem prejuízo dos prazos de garantia e suporte do equipamento, constantes da cláusula 23.ª.
2. O prazo de entrega começa a contar com a emissão da requisição pela AMA, a qual não deve ser superior a 30 dias.

Cláusula 4.

Preço base e preço contratual

1. O preço base global é de **233 725,79 €**, valor a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.
2. O valor identificado no ponto anterior será consumido de acordo com os seguintes preços base unitários, os quais serão acrescidos de IVA à taxa legal em vigor:





Produto (ou equivalente)	Valor Base S/Iva	Valor Total s/Iva	Duração	Data de produção de efeitos do contrato conforme cl. 3.ª
Upgrade Frame 01 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante	9 723,92 €	233 725,79 €	3 anos	Data da requisição emitida pela AMA
Upgrade Frame 02 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante	9 723,92 €			
14 Servidores Synergy SY480 Gen11 com a seguinte configuração: 2 x Intel Xeon-Gold 6526Y 2.8GHz 16-core 1TB RAM (16 x 64GB DDR5 5600MT) Driveless Cage Controlador Interno NS240i com 2 x 480GB NVMe em raid 1 Controlador CNA Dual port 25/50G 3 Anos Suporte 24x7 Serviço de Instalação física	214 277,96 €			

3. São excluídas as propostas cujo valor seja superior a qualquer um dos preços base indicado nos pontos anteriores.
4. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à AMA, designadamente
 - a) Todas as despesas relativas ao transporte dos bens, que são objeto do contrato, para o respetivo local de entrega;
 - b) Todos os encargos decorrentes da instalação e configuração dos mesmos;
 - c) Despesas com deslocações, estadias e despesas de alimentação;
 - d) Encargos com telecomunicações;
 - e) Seguro de acidentes de trabalho;
 - f) Todos os encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças;
5. Todos os encargos derivados da apresentação da proposta, assinatura do contrato, prestação de garantias e seguros são da responsabilidade do cocontratante, incluindo, caso seja concedido o Visto, se aplicável, os emolumentos devidos ao Tribunal de Contas.



Cláusula 5.ª

Condições de pagamento

1. A faturação é efetuada num único pagamento após evidência do fornecimento, disponibilização e instalação dos equipamentos no centro de dados indicados na cláusula 2.ª do caderno de encargos e após aceitação por parte da AMA.
2. O pagamento será efetuado no prazo 30 dias a contar da data da receção da fatura correspondente, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se refere.
3. A fatura deve discriminar o fornecimento a que se reporta, a referência do procedimento bem como o número de compromisso financeiro associado, o qual será indicado pela AMA, sob pena da sua devolução.
4. Caso a fatura apresentada não seja validada pela AMA, esta comunicará tal decisão ao cocontratante para que proceda à sua substituição.
5. A fatura deverá revestir a forma eletrónica, caso em que devem ser remetidos à AMA através de meio de transmissão escrita e eletrónica de dados para o Portal FEAP (Faturação Eletrónica na Administração Pública) disponibilizado pela ESPAP.
6. Só serão devidos os valores referentes aos bens efetivamente entregues e aceites, bem como aos serviços efetivamente prestados, nos termos do presente caderno de encargos.
7. O pagamento será realizado para o NIB/IBAN indicado em documento bancário apresentado pelo cocontratante o qual deverá ser atualizado sempre que necessário.
8. Em caso de atraso no cumprimento das obrigações pecuniárias por parte da AMA, o cocontratante tem o direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP e da Lei n.º 3/2010, de 27 de abril.
9. Só serão efetuados pagamentos após a apresentação pelo cocontratante do comprovativo de pagamento dos emolumentos devidos ao Tribunal de Contas pela concessão do visto, nos termos do artigo 7.º do Regime Jurídico dos Emolumentos do Tribunal de Contas, anexo ao Decreto-Lei n.º 66/96, de 31 de maio, se aplicável.

Cláusula 6.ª

Propriedade intelectual

1. Correm inteiramente por conta do cocontratante, os encargos e responsabilidades decorrentes da utilização, na execução do fornecimento dos bens, de materiais, de elementos de construção, de hardware, de software ou de outros a que respeitem quaisquer patentes, licenças, marcas, desenhos registados e outros direitos de propriedade industrial ou direitos de autor ou conexos.



2. Se a AMA vier a ser demandada por ter sido infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no ponto anterior, o cocontratante responderá nos termos do disposto no artigo 447.º, n.º 2, do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 7.ª

Sigilo

1. O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da AMA ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
2. A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
4. O cocontratante assume igualmente o compromisso de restituir, remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados, incluindo dados pessoais, e que a AMA lhe indique para esse efeito.
5. O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da AMA, nos termos legalmente previstos, relativamente à proteção de dados pessoais e à proteção jurídica de bases de dados.
6. Após ter conhecimento de alguma violação de dados pessoais o cocontratante notifica a AMA sem demora injustificada, em prazo inferior a 48 horas.
7. O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.

Cláusula 8.ª

Proteção de dados

1. O Cocontratante é obrigado a tratar todos os dados pessoais a que tiver acesso, de acordo com o previsto no Regulamento Geral de Proteção de Dados Pessoais aprovado pelo Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (RGPD), devendo, nomeadamente:
 - a) Tratar os dados pessoais apenas mediante instruções documentadas da Entidade Adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações





- internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso a Entidade Adjudicante desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público;
- b) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
 - c) Adotar todas as medidas exigidas nos termos do artigo 32.º do RGPD;
 - d) Garantir o cumprimento do RGPD, nas condições aqui previstas, quando pretenda contratar um subcontratante;
 - e) Tomar em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, prestar assistência à Entidade Adjudicante pelo tratamento através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos previstos no capítulo III do RGPD;
 - f) Prestar assistência à Entidade Adjudicante no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor;
 - g) Consoante a escolha da Entidade Adjudicante, apagar ou devolver-lhe todos os dados pessoais depois de concluído o contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros;
 - h) Disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas na presente cláusula, facilitando e contribuindo para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por esta mandatado.
2. A Entidade Adjudicante, no caso de suspeitar de incumprimento do RGPD, pode notificar o Cocontratante para este, no prazo de 5 dias, demonstrar o total cumprimento do referido regulamento.
 3. Caso o Cocontratante não demonstre o total cumprimento do RGPD, seja porque não o demonstrou, seja porque não o cumpre, a Entidade Adjudicante fica autorizada a proceder à auditoria aos sistemas de informação do Cocontratante, ficando este responsável por todos os custos dessa auditoria.
 4. No caso previsto no número anterior, a Entidade Adjudicante poderá compensar os custos que tenha suportado com eventuais quantias que sejam devidas ao Cocontratante, ou através do acionamento da caução, caso esta tenha sido prestada, ou através do recurso às retenções que eventualmente tenham sido efetuadas.
 5. No caso de se verificar algum incumprimento do RGPD por parte do Cocontratante, este deverá, no prazo de 10 dias, por fim ao incumprimento e demonstrá-lo à Entidade Adjudicante.
 6. O não cumprimento do RGPD, por facto imputável ao cocontratante, é considerado, para todos os efeitos,





incumprimento definitivo, podendo a Entidade Adjudicante resolver o contrato, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

7. Caso o Cocontratante impeça ou não colabore na realização da auditoria referida no n.º 3 da presente cláusula, a Entidade Adjudicante poderá resolver o contrato, por oposição reiterada ao exercício dos poderes de fiscalização, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do artigo 333.º do CCP.

Cláusula 9.ª

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da AMA.
2. Nos casos de subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante o contraente público pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais.
3. A subcontratação de prestações contratuais que envolvam o tratamento de dados pessoais carece de autorização prévia da AMA que deverá ser realizada nos termos legalmente previstos para o efeito.
4. O cocontratante é responsável pelo tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do contrato, mesmo que seja realizado por subcontratado.

Cláusula 10.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de se acordarem outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual de cada uma nos termos previstos no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 11.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a AMA pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo fixado para a entrega do produto, por causa imputável ao fornecedor, fixado no n.º 1 da Cláusula 18.ª, poderá ser aplicada uma sanção diária, de acordo com a seguinte fórmula: $\text{Montante da sanção} = (\text{Valor do contrato}) \times [(\text{Número de dias de atraso}) / 365]$;
 - b) Pelo incumprimento do prazo fixado no n.º 6 da cláusula 21.ª poderá ser aplicada uma penalidade de 2% do valor da encomenda, por cada dia de atraso;



- c) Pelo incumprimento do n.º 3 da cláusula 23.ª, designadamente qualquer interrupção no fornecimento por motivo imputável ao cocontratante, poderá ser aplicada uma penalidade por cada hora de atraso, de acordo com a seguinte fórmula: Montante da sanção = [(Valor do contrato) x [(Número de horas de atraso) / 365]] / (24 horas).
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a AMA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
 3. A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida fatura no montante que lhe corresponda.
 4. O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
 5. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a AMA decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.
 6. A aplicação das sanções previstas na presente cláusula será objeto de audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 308.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 12.ª

Retenção

Quando não tenha sido exigida a prestação de caução, caso se revele pertinente, a AMA poderá proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, tendo em vista a garantia da perfeita e tempestiva execução do contrato, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 13.ª

Trabalhadores afetos à prestação de serviços

O cocontratante deve garantir, relativamente aos trabalhadores afetos à execução do contrato a celebrar, o cumprimento integral das disposições previstas no artigo 419.º-A do CCP.

Cláusula 14.ª

Foro competente

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.





Cláusula 15.ª

Legislação aplicável

Em tudo o omissso neste Caderno de Encargos, observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CLÁUSULAS TÉCNICAS

Cláusula 16.ª

Especificações técnicas

1. A AMA possui a sua infraestrutura tecnológica baseada em virtualização VmWare ESXi 8 e equipamento HP Blade Center.

O hardware é composto por duas Frames HPE Synergy 12000, uma HPE Synergy e 10 Nodes de Computação. Pretende-se com o presente procedimento reforçar e expandir as infraestruturas do centro de dados ESPAP onde a AMA aloja as infraestruturas técnicas de modo a fazer upgrades às duas Frames e aquisição de 14 Servidores para virtualização.

Além disso, é necessário reforçar as infraestruturas dedicadas à Produção e Gestão de sistemas. Estas encontram-se com limitações na capacidade de resposta às solicitações de Negócio, o que torna imprescindível garantir não apenas um aumento de eficiência para atender às demandas atuais, mas também a integridade e a segregação dos ambientes operacionais. O investimento visa, ainda assegurar que os serviços da equipa de comunicações e segurança sejam suportados por uma base tecnológica robusta, capaz de sustentar os requisitos estratégicos e operacionais da AMA.

2. Pretende-se adquirir o Hardware, nas quantidades e versão mais recente, do tipo ou equivalente:





Produto (ou equivalente)	Duração	Data de produção de efeitos do contrato conforme cl. 3.ª
Upgrade Frame 01 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante Upgrade Frame 02 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante 14 Servidores Synergy SY480 Gen11 com a seguinte configuração: 2 x Intel Xeon-Gold 6526Y 2.8GHz 16-core 1TB RAM (16 x 64GB DDR5 5600MT) Driveless Cage Controlador Interno NS240i com 2 x 480GB NVMe em raid 1 Controlador CNA Dual port 25/50G 3 Anos Suporte 24x7 Serviço de Instalação física	3 anos	Data da requisição emitida pela AMA

3. As especificações técnicas e requisitos funcionais encontram-se descritos no Anexo I, do presente caderno de encargos.

Cláusula 17.ª

Conformidade e operacionalidade dos bens

- O cocontratante obriga-se a entregar à AMA os bens objeto do contrato nas quantidades requeridas e com os requisitos técnicos e funcionais previstos no presente caderno de encargos, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
- O cocontratante é responsável perante a AMA por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.
- O cocontratante garante a continuidade no fornecimento do bem, pelo prazo indicado constante no n.º 1 da cláusula 18.ª e indicado na cláusula 23ª do presente caderno de encargos.



Cláusula 18.ª

Prazos de entrega

1. O cocontratante obriga-se a entregar, instalar e configurar os bens cuja aquisição é objeto do presente caderno de encargos no prazo máximo de 30 dias, contados da requisição da AMA.
2. Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega, deve o cocontratante, logo que dele tenha conhecimento, requerer à AMA que lhes seja concedida uma prorrogação do respetivo prazo, fundamentando adequadamente o pedido.

Cláusula 19.ª

Condições de transporte e entrega

1. Os bens serão entregues, mediante requisição expressa e escrita, no local indicado na cláusula 2.ª do presente caderno de encargos.
2. O cocontratante deverá comunicar previamente a data de entrega e as condições necessárias à instalação física dos componentes, em condições normais de uso, com vista a garantir o perfeito funcionamento do equipamento.
3. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato e respetivos documentos para o local de entrega bem como a respetiva montagem, instalação, configuração e testes são da responsabilidade do cocontratante.
4. Os riscos na fase de transporte, de acondicionamento, da embalagem, da carga e da descarga, da entrega, são da exclusiva responsabilidade do cocontratante, sem quaisquer encargos adicionais para a AMA.
5. Os bens deverão incorporar todas as peças e ser acompanhadas do certificado de garantia, dos manuais, das instruções técnicas e outros elementos necessários a garantir o seu funcionamento em condições normais de uso e que estão incluídas no respetivo preço.
6. As embalagens dos bens devem ser conservadas fechadas e seladas pelo cocontratante até à instalação dos mesmos em condições normais de uso.
7. Após a instalação, as embalagens ficarão na posse da AMA e devem conter etiquetagem com as referências do cocontratante, do fabricante, da marca, do modelo, do lote de fabrico/ano, do número de série, e de todas as indicações necessárias à sua segurança.





Cláusula 20.ª

Ato de entrega e instalação dos bens

1. A entrega dos bens é sempre acompanhada de guia de remessa/transporte da qual deve constar, designadamente:
 - a) A data de entrega;
 - b) Identificação do cocontratante;
 - c) Identificação da AMA e local de entrega;
 - d) Data da encomenda pela AMA;
 - e) Número do contrato ao abrigo do qual é realizado o fornecimento;
 - f) Indicação dos bens, contendo modelo, marca e número de série;
2. O fornecimento compreende ainda os serviços de:
 - a) Instalação física dos upgrades no centro de dados de Lisboa (ESPAP).
 - b) Configuração lógica do upgrade e integração do atual sistema de Frame enclosures.
 - c) Configuração lógica do upgrade e integração com o sistema de Frame enclosures.
 - d) Os serviços de instalação e configuração deverão ser realizados diretamente por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa.

Cláusula 21.ª

Verificação e aceitação dos bens

1. Efetuada a instalação, configuração e testes dos bens nos termos previstos, a AMA, por si ou através de terceiro designado para o efeito, procede à aceitação provisória dos mesmos através de uma inspeção quantitativa e qualitativa, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas na requisição e se reúnem os requisitos técnicos e funcionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de inspeção dos bens objeto do contrato, o cocontratante deve prestar toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. Em caso de silêncio da AMA, findo o prazo de 5 dias após a aceitação provisória, os bens consideram-se aceites definitivamente, ocorrendo a transferência da posse e da propriedade dos mesmos para a AMA, bem como do risco de deterioração ou perecimento dos mesmos, sem prejuízo das obrigações de garantia e suporte que impendem sobre o cocontratante.
4. No caso de a inspeção referida no n.º 1 não comprovar a total operacionalidade dos bens, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com os requisitos técnicos e funcionais definidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, a AMA, por si ou





- através de terceiro designado para o efeito, deve disso informar, por escrito, o cocontratante.
5. No caso previsto no número anterior, o cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo referido nos números seguintes, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e dos requisitos técnicos e funcionais exigíveis.
 6. O cocontratante dispõe de um prazo máximo de três dias úteis a contar da comunicação referida no n.º 4, para proceder à substituição dos bens em caso de rejeição dos mesmos ou para suprir as deficiências e irregularidades detetadas durante a entrega e que não impliquem a rejeição dos bens.
 7. Após a realização das reparações ou substituições necessárias pelo cocontratante, no prazo respetivo, a AMA procede à realização de nova inspeção, nos termos dos números anteriores.
 8. A aceitação dos bens objeto do contrato não implica a aceitação de eventuais defeitos ou de discrepâncias com as exigências legais ou com os requisitos técnicos e funcionais previstos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos.
 9. A rejeição dos bens disponibilizados, nos termos da presente cláusula, não confere ao cocontratante o direito a qualquer indemnização.
 10. A rejeição dos bens por parte da AMA, confere-lhe o direito a ser indemnizada pelos custos incorridos e prejuízos sofridos, sem prejuízo da aplicação das devidas penalidades.

Cláusula 22.ª

Regulamento Geral de Proteção de Dados

1. A solução deverá implementar os requisitos contantes do anexo à Resolução do Conselho de Ministros 41/2018, de 28 de março - Arquitetura de segurança das redes e sistemas de informação (Requisitos técnicos).
2. A solução deverá incluir, ou permitir a configuração de funcionalidades, para a gestão do exercício dos direitos dos titulares, ou seja, que permitam ao utilizador (backoffice e frontoffice), numa área reservada, efetuar o exercício dos direitos sobre os seus dados pessoais, nomeadamente, mas não limitado a:
 - Acesso aos dados tratados, incluindo os registos de atividade, e obtenção de cópia dos mesmos num formato eletrónico de uso corrente e em conformidade com a RCM nº 2/2018, de 5 de janeiro.
 - Apagamento de dados pessoais, aplicável de acordo com o fundamento para o tratamento
 - Limitação do tratamento, aplicável de acordo com o fundamento para o tratamento
 - Oposição ao tratamento, aplicável de acordo com o fundamento para o tratamento
 - Renovação e Revogação de consentimento, aplicável de acordo com o fundamento
 - Portabilidade de dados, aplicável de acordo com o fundamento
3. A solução deverá incluir, ou permitir a configuração de funcionalidades, que permitam facultar ao titular as informações sobre o tratamento de dados pessoais, bem como, o registo de evidências sobre a leitura e



compreensão, das informações apresentadas, previamente, a qualquer tratamento de dados pessoais. Ou, quando aplicável, do consentimento do titular para o tratamento dos seus dados pessoais.

4. Para cada categoria de dados pessoais sujeitos a tratamento, a solução deverá incluir ou permitir a configuração de funcionalidades para gestão de:
 - Prazo de conservação, que determinará o apagamento ou anonimização dos dados pessoais conservados
 - Marcação de limitação para o tratamento dos dados pessoais e período associado
 - Marcação de consentimento/revogação de consentimento para tratamento dos dados pessoais e data/hora
 - Permissões CRUD (Create, Read, Update, Delete) por perfil/utilizador
 - Máscara, Encriptação de dados e outras medidas de segurança dos dados pessoais
5. A solução deverá ainda incluir ou permitir a configuração de registo de atividade/data/hora para todos os perfis/utilizadores, inclusivamente de administração.
6. O cocontratante deve apresentar um documento que demonstre a conformidade da solução com os requisitos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016, da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto e RCM 41/2018, de 28 de março.

Cláusula 23.ª

Garantia e suporte do equipamento

1. A aquisição de bens objeto do presente caderno de encargos contempla uma garantia com os níveis de serviço de suporte referidos nas cláusulas técnicas do presente caderno de encargos, e nos números seguintes.
2. O cocontratante garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo de 3 anos, a contar da aceitação definitiva de cada bem fornecido, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos neste Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
3. Todos os equipamentos (*hardware*) e *software* estão sujeitos a suporte e manutenção pelo período de 3 anos, com um SLA de resposta de 4 horas e cobertura 24x7.
4. Considera-se incluído na garantia dos bens:
 - a) As operações de natureza preventiva, designadamente, revisões, afinações, limpezas e testes necessários à redução dos riscos de avaria dos bens, de forma a garantir, em tempo, a manutenção das respetivas características a um nível semelhante às iniciais;
 - b) As operações de natureza corretiva, que têm como objetivo repor os produtos em condições normais de funcionamento sempre que ocorram falhas ou avarias;
 - c) A atualização de assinaturas e o suporte para upgrades de software e firmware em todos os equipamentos/softwarees propostos.





- d) O fornecimento e substituição de peças ou outros materiais por peças ou elementos de origem, necessárias ao funcionamento dos equipamentos em condições normais de uso;
 - e) A reinstalação em condições normais de uso, no caso de transporte, dos bens avariados;
 - f) A substituição dos bens no caso de avaria não reparável;
 - g) A substituição temporária dos bens em caso de reparação;
 - h) Os custos de mão-de-obra e restantes encargos com pessoal, incluindo o transporte, para efeito das prestações previstas nas alíneas anteriores;
 - i) Todos os encargos com o transporte do material necessário à execução das prestações previstas nas alíneas anteriores;
5. As reparações terão lugar no local de funcionamento do bem em causa.
6. A permanência do cocontratante nas instalações referidas no número anterior que implique paragem dos bens instalados deverá ocorrer fora das horas normais de serviço do local de funcionamento do bem em causa, salvo em situações necessárias à resolução das anomalias verificadas, ou noutras devidamente justificadas.
7. Em casos em que manifestamente se verifique ser impossível a resolução do problema reportado no local dentro do prazo, deverá o cocontratante proceder à substituição temporária do equipamento avariado enquanto decorrer a reparação em instalações próprias deste, mediante autorização escrita da AMA.
8. O Suporte e manutenção deverá ser prestada diretamente por técnicos certificados do fabricante, nativos ou fluentes em língua portuguesa.

Cláusula 24. ª

Gestor do Contrato

- 1. O gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução contratual, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 290.º-A do CCP, será designado pela AMA no contrato.
- 2. O cocontratante deverá indicar a pessoa na sua organização que será responsável pela execução do contrato, e que será o interlocutor com o gestor do contrato designado pela AMA, bem como a pessoa responsável pelo tratamento de dados pessoais.
- 3. No âmbito do presente contrato, a AMA, através do gestor do contrato designado nos termos do número 1., procederá à avaliação do cocontratante, de acordo com a matriz de avaliação de que se encontra disponibilizada no site institucional da AMA, em: <https://www.ama.gov.pt/>.





Anexo I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A presente aquisição tem como objetivo a contratação de equipamento Hardware para Reforço da infraestrutura de servidores, para o centro de dados da AMA (ESPAP).

1. Sistemas atualmente em produção na AMA:

- Plataforma blade HPE Synergy com:
 - 2 Frames HPE Synergy 12000, cada um com:
 - 2 Frame link Module
 - 1 x HPE BLc 10G SFP+ SFP+ 3m DAC Cable (Ligação Frame Link)
 - 2 x HPE BLc VC 1G SFP RJ45 Transceiver (Uplink de Gestão)
 - HPE Synergy 12000F 6x 2650W AC Ti FIO PS
 - HPE Synergy 12000 CTO Frame 10x Fan
 - 1 Composer2 com gestão oneview
 - 1 Virtual Connect 100G
 - 12 Portas 50Gb intermas para ligação com a CNA dos Compute Modules
 - 6 Portas QSFP28 Externas para Uplink
 - 2 Portas QSFP28 Externas para Interligação entre VC's
 - Licença FC 32G
 - 1 x HPE 100Gb QSFP28 to QSFP28 3m DAC
 - 6 x HPE QSFP28 to SFP28 Adapter
 - 2 x HPE BLc 10G SFP+ SR Transceiver (Uplink Rede)
 - 2 x HPE 16Gb SFP+ SW 1-pack C Temp XCVR (Uplink Fibra)
 - 1 x HPE Synergy 50Gb Interconnect Link Mod
 - 2 x HPE SY 300Gb Interconnect Link 3m AOC
- 10 Nodes de Computação com:
 - 2 Processadores Intel Gold 6326 de 16 Cores a 2,9Ghz
 - 1TB RAM (16x64GB)
 - Controlador Raid com 1G Cache
 - 2 Discos 240GB SSD RAID 1
 - 1 CNA Dual Port 25/50G, Cada Porta desmultiplável em 8 Portas Físicas,
 - TPM 2.0

2. Solução Pretendida

Especificações técnicas de acordo com os requisitos pretendidos pela AMA.

2.1. Upgrades necessários aos frame enclosures





Deverão ser fornecidos os upgrades necessários ao funcionamento de servidores de última geração.
Deverão ser apresentados os seguintes upgrades para cada um dos Frames/Enclosure existentes:

Part Number	Descrição	Qt
	Upgrade Frame 01 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante	
P44712-B21	HPE 1800W-2200W FS Ti Ht Plg PS Kit	12
P51175-B21	HPE Synergy 12000 HC Fan	10
P44074-B21	HPE Synergy Dual Slot PS Adapter	6
HA113A1	HPE Installation SVC	1
HA113A1#5BW	HPE Add On Options Install SVC	22
HU4A6A3	HPE 3Y Tech Care Essential SVC	1
HU4A6A3#699	For HPE Internal Entitlement Purposes	28
	Upgrade Frame 02 Kit de 10 High Performance FAN's Kit de 12 Fontes de Alimentação 1800-2200W Titanium Serviço de Setup com Part Numbers do Fabricante	
P44712-B21	HPE 1800W-2200W FS Ti Ht Plg PS Kit	12
P51175-B21	HPE Synergy 12000 HC Fan	10
P44074-B21	HPE Synergy Dual Slot PS Adapter	6
HA113A1	HPE Installation SVC	1
HA113A1#5BW	HPE Add On Options Install SVC	22
HU4A6A3	HPE 3Y Tech Care Essential SVC	1
HU4A6A3#699	For HPE Internal Entitlement Purposes	28

2.2. Servidores tipo Blade para preencher slots vazios das enclosures existentes

Deverão ser fornecidos **14 Servidores para virtualização**, para preencher os slots existentes nas duas enclosures existentes, **cada servidor blade deverá ser configurado com:**

- 2 x Intel Xeon-Gold 6526Y 2.8GHz 16-core
- 1TB RAM (16 x 64GB DDR5 5600MT)
- Driveless Cage
- Controlador Interno NS240i com 2 x 480GB NVMe em raid 1
- Controlador CNA Dual port 25/50G
- 3 Anos Suporte 24x7, SLA de 4 Horas
- Serviço de Instalação física
- Níveis máximos de consumo energético: até 800 Watts por cada servidor blade.



Part Number	Descrição	Qt
P39531-B21	HPE SY480 Gen11 Base CTO Cmpt Mdl	14
P67080-B21	INT Xeon-G 6526Y CPU for HPE	28
P67080-B21#0D1	Factory integrated	28
P64707-B21	HPE 64GB 2Rx4 PC5-5600B-R Smart Kit	224
P64707-B21#0D1	Factory integrated	224
P39594-B21	HPE SY480 Gen11 Drive Less Kit	14
P39594-B21#0D1	Factory Integrated	14
P40513-B21	HPE 480GB NVMe RI M.2 MV SSD	28
P40513-B21#0D1	Factory Integrated	28
P39568-B21	HPE NS204i-d Gen11 Ctrlr Kit	14
P39568-B21#0D1	Factory Integrated	14
P02054-B21	HPE Synergy 6820C 25/50Gb CNA	14
P02054-B21#0D1	FACTORY INTEGRATED	14
P39587-B21	HPE SY480 Gen11 CPU Front HS Kit	14
P39587-B21#0D1	Factory Integrated	14
P39589-B21	HPE SY480 Gen11 CPU Rear HS Kit	14
P39589-B21#0D1	Factory Integrated	14
AC111A	HPE Door/dock Small Delivery SVC	14
HA113A1	HPE Installation SVC	1
HA113A1#5ZZ	HPE Synergy Node Installation Service	14
HU4A6A3	HPE 3Y Tech Care Essential SVC	1
HU4A6A300ES	HPE SY480 Gen11 Support	14

2.3. Serviços de Implementação

O Adjudicatário garantirá os serviços de implementação que compreendem os seguintes itens:

- Instalação física e configuração de todos os componentes;
 - Upgrade de Fontes e Ventoinhas dos 2 Frames Synergy 12000
 - Instalação dos 14 servidores Blade propostos
- Arranque dos equipamentos e verificação da correta execução de testes iniciais;
 - Não inclui a instalação de S.O/Hipervisor
- Configuração de parâmetros, interligações e verificações de conectividades;
- Entrega de documentação da solução implementada.

2.4. Serviços de Suporte e Manutenção



Os upgrades propostos para os 2 Frames 12000 existentes, devem assumir a garantia das respetivas enclosures/Serial Numbers em vigor em contrato existente com a HPE.

Os 14 novos servidores Blade deverão ser fornecidos com garantia de fabricante de 3 anos 24x7x4 do tipo Tech Care Essenciais.

Os serviços de suporte e manutenção deverão ter início com a data de instalação dos equipamentos.

O serviço irá necessitar de suporte reativo e preditivo ao longo do tempo de contrato com a duração de 3 anos, com SLA 24x7. O tempo de resposta deverá ser de 4 horas.

Na componente preditiva, pretende-se que toda a solução esteja abrangida por mecanismos de gestão proactiva que inclua tecnologia de inteligência artificial para análise e tratamento de eventos relacionados com suporte preditivo e mitigação de risco.

A manutenção deverá ser assegurada pelos fabricantes dos equipamentos e software no âmbito da consulta;

A reparação de hardware deverá apenas ser realizada por técnicos certificados pelos fabricantes, com a utilização de ferramentas de diagnóstico e peças genuínas dos fabricantes.

Além dos mecanismos de abertura automática de chamadas, deverá ser disponibilizada a possibilidade de abertura de chamada por contacto telefónico, 24 horas por dia, todos os dias do ano. Deverá também ser disponibilizado um meio alternativo para a abertura de chamadas nas mesmas condições. Este também poderá ser via portal de suporte. Não poderá existir qualquer limite para o número de incidentes que se possam abrir.

O processo de suporte deverá ter a faculdade de escalonamento de situações mais complexas para centros de competência internacionais dos fabricantes ou para áreas de engenharia e laboratório, 24 horas por dia, todos os dias do ano, com capacidade de apoio especializado aos técnicos locais, simular ou replicar falhas ocorridas e desenvolver soluções para problemas não anteriormente identificados.

2.5. Declarações e Documentação

O proponente deverá apresentar a seguinte informação relativamente ao serviço proposto:

- Declaração do Fabricante de hardware a atestar que estão incluídos todos os componentes necessários ao correto funcionamento das duas enclosures existentes Synergy 12000, e que estas incluem todos os componentes de hardware, suporte e instalação.
- Declaração do fabricante de hardware que ateste a capacidade do proponente em instalar e configurar os equipamentos hardware que irão fazer parte da plataforma.
- Declaração que ateste que os serviços de suporte e manutenção prestados ao longo dos 3 anos de contrato serão efetuados pelo fabricante de acordo com os SLA's solicitados.
- A proposta deverá incluir as declarações de conformidade das seguintes normas, regulamentos e referencias técnicas europeias: EN IEC 63000:2018 e Regulamento (UE) 2019/424;

